

Formação ética nos projetos dos cursos de Formação Pedagógica dos Institutos Federais: algumas considerações

Ethical formation in Pedagogical Training course projects at Federal Institutes: some considerations

Recebido: 26/09/2024 | **Revisado:** 11/10/2024 | **Aceito:** 14/10/2024 | **Publicado:** 12/12/2024

Luís Fernando Lopes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7925-9653>

Centro Universitário Internacional UNINTER.
E-mail: fernandocater@gmail.com

Fábio Franzon

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2679-8273>

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Sertão
E-mail: fabio.franzon@sertao.ifrs.edu.br

Erenice Reis Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6831-7408>

Universidade Federal da Bahia
E-mail: erenice.reis@ufba.br

Como citar: LOPES, F. L.; FRANZON, F.; SANTOS, E. R. Formação ética nos projetos dos cursos de Formação Pedagógica dos Institutos Federais: algumas considerações. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 24, p. 1-20 e17782, dez. 2024. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O presente estudo de caráter documental e de cunho qualitativo teve como objetivo analisar a questão da formação ética nos projetos dos cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados, ofertados por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologias (IFs). Para tanto, foram selecionados cinco Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Formação Pedagógica, considerando um projeto de cada região brasileira. Os aportes teóricos consideraram sobretudo as contribuições de Pinto (2005) e Freire (1996). Os resultados apontam que os projetos dos cursos analisados contemplam a dimensão ética em seus objetivos e princípios pedagógicos, o que é fundamental na oferta de uma educação profissional e tecnológica de qualidade socialmente referendada.

Palavras-chave: Ética; Educação Profissional e Tecnológica; Projetos Pedagógicos.

Abstract

The present documentary and qualitative study aimed to analyze the issue of ethical formation in the projects of Pedagogical Formation courses for non-graduates, offered by Federal Institutes of Education, Science and Technologies (IFs). To this end, five Pedagogical Course Projects (PPCs) for Pedagogical Formation were selected, considering one project from each Brazilian region. The theoretical contributions mainly considered the contributions of Pinto (2005) and Freire (1996). The results indicate that the course projects analyzed include the ethical dimension in their objectives and pedagogical principles, which is fundamental in offering professional and technological education of socially endorsed quality.

Keywords: Ethics; Professional and Technological Education; Pedagogical Projects.

1 INTRODUÇÃO

Abordar o tema da ética no contexto educacional atual é uma tarefa cada vez mais desafiadora. Quando o foco é a educação profissional e tecnológica, esse desafio se torna ainda maior, visto que os avanços tecnológicos impactam diretamente no campo educacional, seja provocando reflexões sobre os princípios pedagógicos, seja modificando os processos de ensino, aprendizagem, gestão, entre outros.

Nesse sentido, buscamos neste estudo tratar da pertinência de contemplar conteúdos éticos nos cursos de formação docente e, mais especificamente, os cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados, ofertados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O foco de investigação considerou a seguinte questão de pesquisa: como a dimensão da ética é contemplada nos projetos dos cursos de Formação Pedagógica dos Institutos Federais?

Este estudo justifica-se por considerarmos fundamental que a abordagem da ética esteja prevista de forma articulada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Formação Pedagógica. Salieta-se que não se trata da simples indicação formal de conteúdos relacionados à ética na ementa das disciplinas - o que tem a sua importância, mas da consideração de princípios éticos que precisam balizar a concepção, oferta e a contínua atualização dos cursos, tendo em vista a dinâmica da sociedade e as necessidades que se apresentam em cada contexto histórico espaço-temporal. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos devem conduzir as ações pedagógicas das instituições de ensino, tendo em vista a normatização por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que atribui às instituições a elaboração e execução de modo a viabilizar melhoria na qualidade do ensino, atendendo as necessidades da sociedade.

A partir da perspectiva de análise crítica, ao considerar principalmente as contribuições de autores como Adolfo Sánchez Vázquez, Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire, realizou-se este estudo de caráter documental (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009) e cunho qualitativo (Lüdke e André, 2013). As fontes documentais consideram o conteúdo de cinco Projetos de Cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados. A escolha dos projetos ocorreu de forma aleatória, utilizando o critério de representação geográfica de modo a contemplar um projeto de curso de cada região brasileira, além da necessidade de disponibilidade do projeto completo no site da Instituição.

Convém ressaltar que nossa opção pela análise a partir, sobretudo, das contribuições de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto, decorre da convergência e pertinência das reflexões desses autores para o exame crítico da temática tratada. Conforme destaca Paulo Freire (1996, p. 64): “Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”.

Nesse sentido, Vieira Pinto (1993, p. 43-44), considera que:

A discussão propriamente pedagógica sobre a conveniência desta ou daquela “matéria” em um currículo escolar não pode ser fazer abstratamente, nem estar sujeita aos preconceitos do pedagogo. Deve

refletir os objetivos mais gerais prementes na sociedade como um todo, que significa os interesses das grandes massas e não os de uma elite letrada e afortunada.

Para apresentação das análises, organizamos o estudo em três momentos complementares entre si. No primeiro, a partir do referencial teórico selecionado, apresentamos algumas considerações sobre princípios éticos na educação profissional e tecnológica. Em seguida discorremos acerca de alguns desafios que se apresentam para a educação profissional e tecnológica diante dos avanços tecnológicos recentes, sobretudo das tecnologias digitais. Por fim, a partir das reflexões anteriormente apresentadas, analisamos os Projetos Pedagógicos selecionados buscando investigar se é contemplada e como ocorre a dimensão da ética nesses projetos.

2 PRINCÍPIOS ÉTICOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A educação é um processo histórico, social, cultural e de formação humana que influencia e sofre as influências marcantes em cada contexto histórico. Nesse sentido, uma proposta educacional profissional e tecnológica não se faz isenta dessas implicações. Do mesmo modo, a perspectiva ética não pode estar ausente sob pena de descaracterização essencial do projeto educativo.

Se para outras áreas do saber, ainda que de maneira problemática, a ética pode ser considerada um acessório, mesmo que fundamental, na educação ela é intrínseca, ou seja, o ato de educar pressupõe necessariamente a consideração da perspectiva ética. Assim, enquanto atividade essencialmente humana, a educação exige ética. Como enfatiza Freire (1996, p.18) ensinar exige ética e estética, de maneira que “a necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética”.

Nessa perspectiva, Amaral Filho (2018), a partir da compreensão de Wittgenstein (1987, p. 131) de que “ética e estética são um”, problematiza a produção daquilo que é considerado legitimamente humano.

É aquilo que o filósofo chama de Ética e Estética, que se estabelecem polissemicamente no acolhimento da alteridade que, no mínimo, favorece a compreensão da possibilidade da acolhida do diferente. É por isso que toda produção daquilo que é legitimamente humano (Ética) só pode ser polissêmica. Pois só assim se chega a produzir algo a partir daquilo que possa existir de belo em nós, o diferente (Estético) (Amaral Filho, 2018, p. 398).

Ora, a educação profissional e tecnológica, uma vez que se realiza em um determinado contexto, está sujeita aos perigos de reducionismos que tendem a

considerar uma única concepção de ser humano, de sociedade, educação e tecnologia, como sendo a “melhor” e mais apropriada para formar cidadãos economicamente produtivos e, conseqüentemente, profissionais de sucesso.

Entretanto, tal compreensão, ao focalizar uma perspectiva que, grosso modo, podemos considerar utilitarista do ponto de vista ético, coloca em risco a própria ética, enquanto reflexão sistemática sobre o agir moral dos seres humanos em sociedade com vistas à promoção do bem comum. Vale lembrar que, segundo Vázquez (2017, p. 21), “o valor da ética como teoria está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas”.

Assim, não é próprio da ética ser prescritiva, mas explicativa e, desta maneira, considerar os princípios da experiência moral histórica. Especificamente no que diz respeito aos princípios éticos da educação profissional e tecnológica é importante destacar mais uma vez esse caráter histórico que é fundamental, uma vez que “a pretensão de formular princípios e normas universais, deixando de lado a experiência moral histórica, afastaria da teoria precisamente a realidade que deveria explicar” (Vázquez, 2017, p. 20).

Do mesmo modo, é preciso ressaltar a necessidade de se conceber a educação profissional e tecnológica realmente comprometida com o desenvolvimento social do país. Para tanto, é preciso superar perspectivas reducionistas que tendem a considerar a educação como mero instrumento a serviço de interesses mercadológicos e que, por conseqüência, precisa ter seus processos e práticas continuamente planejados e adaptados com vistas a satisfazer interesses mercadológicos desditosos.

Não desprezamos o valor do desenvolvimento econômico, e compreendemos a necessidade e, por conseguinte, a interpelação entre emancipação e economia, e emancipação social e política. Contudo, não podemos deixar de considerar as contradições dessa visão necrófila do mundo, que considera seres humanos como objetos descartáveis, e como explicita Paulo Freire (1989, p. 30), tem como uma de suas características o sadismo:

O sadismo aparece, assim, como uma das características da consciência opressora, na sua visão necrófila do mundo. Por isto é que o seu amor é um amor às avessas – um amor à morte e não à vida. Na medida em que, para dominar, se esforçam por deter a ânsia de busca, a inquietação, o poder de criar, que caracterizam a vida, os opressores matam a vida. Daí que vão se apropriando, cada vez mais, da ciência também, como instrumento para suas finalidades. Da tecnologia, que usam como força indiscutível de manutenção da “ordem” opressora, com a qual manipulam e esmagam. Os oprimidos, como objetos, como quase “coisas”, não têm finalidades. As suas, são as finalidades que lhes prescrevem os opressores.

Ainda que tenham sido escritas há três décadas, essas palavras de Paulo Freire (1989) denunciam a desigualdade social e enfatizam o sadismo como uma das características marcantes da consciência opressora, que se utiliza também dos

avanços científicos e tecnológicos para manter seus privilégios. Nesse contexto neoliberal, os avanços no processo de conhecimento deixam de ser uma conquista em prol do bem comum, e de modo ambivalente passam a ser utilizados como instrumento de opressão.

A utilização dos avanços recentes no campo da Inteligência artificial em guerras, o monopólio das *big techs*, as manipulações nas redes sociais, as dificuldades de regulação desses novos poderes são alguns exemplos recentes dessa situação denunciada por Freire em *Pedagogia do Oprimido*. O sadismo continua presente e assume características ainda mais desumanas, uma vez que tende a imputar à própria tecnologia a responsabilidade pelos efeitos de decisões humanas. “A essa condição ligam-se, está claro, problemas morais, mas não se referem ao simples ‘uso’ dos instrumentos fabricados pelo homem e sim dizem respeito primordialmente às finalidades incluídas no projeto humano da existência” (Pinto, 2005, p. 720).

Diante de tais desafios, a necessidade da ética se destaca cada vez mais, sobretudo, com ênfase no campo da educação profissional e tecnológica. A esse respeito Álvaro Vieira Pinto (2005a, p. 720) chama atenção para o problema da atitude de desencargo de consciência:

A guerra, com todos os horrores multiplicados pela potência dos maquinismos e artefatos bélicos, não pode ser definida como consequência “má” do uso da técnica, mas é consequência “má” da finalidade de limitado grupo de homens, que, em cada época têm o comando da economia e da política de nações ou impérios. Acusar a tecnologia de constituir-se em poder maligno destruidor do homem indica um subterfúgio revelador da má consciência de quantos sabem estar usando um estratagema de despistamento para se inocentar da responsabilidade moral pelas calamidades causadas às massas humanas. A atitude de desencargo de consciência supõe, entre outros erros lógicos, a substancialização da tecnologia, dando-lhe o estatuto de ser objetivo, atuante por si mesmo, a ponto de carregá-la de responsabilidade ética.

Essas concepções ideológicas, criadas a respeito da tecnologia para justificar finalidades desumanas e denunciadas por Vieira Pinto já na década de 1970, reafirmam a necessidade de uma educação profissional e tecnológica que leve em conta em alta medida a formação ética, que será abordada no próximo tópico.

3 ÉTICA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS ATUAIS

A partir do referencial teórico de Álvaro Vieira Pinto, chamamos atenção para o problema de substancializar a tecnologia e imputar-lhe responsabilidades que são inerentes aos projetos humanos, quando da concepção e uso dos recursos

tecnológicos. Ora o campo da educação, e mais especificamente o da educação profissional, não está ausente desses equívocos.

Assim, temos posto um dos elementos que justificam a necessidade de proporcionar uma formação na educação profissional e tecnológica, que seja integral, crítica, e que conseqüentemente não deixe de considerar em grande medida a necessidade da formação ética. Nesse sentido, não se trata apenas de inserir uma ou mais disciplinas nas matrizes dos cursos ofertados, ou ainda, inserir tópicos relacionados à ética nas disciplinas previstas nos cursos. Esses aspectos têm o seu valor, contudo, para além disso, é preciso trabalhar, desde a concepção dos cursos, com princípios éticos para nortear o planejamento, desenvolvimento, bem como, a atualização dos cursos diante das necessidades que se apresentam em cada momento histórico.

Sabemos da complexidade que tal desafio implica, mas é preciso reconhecer a urgência da temática diante da realidade brasileira atual, bem como, a importância da educação profissional e tecnológica, pautada por princípios éticos, e o seu papel nesse contexto, pois:

[...] “bem” e “mal” não são conceitos abstratos, místicos, metafísicos, não dependem de nenhuma revelação sobrenatural, não se subordinam a mandamentos divinos, nem procedem da análise introspectiva da consciência individual. São valores atribuídos primordialmente às ações humanas pelo consenso da consciência coletiva da sociedade a que pertence o indivíduo, fundando-se em determinações materiais bem claras, a saber, a experiência dos efeitos dos atos valorizados. Ela distingue entre os atos favoráveis à realização do projeto de desenvolvimento e libertação do ser humano, e aqueles que contrariam esse propósito (Pinto, 2005a, p. 721).

Com base nas considerações de Vieira Pinto (2005a), pode-se dizer que não é possível concretizar a emancipação política e social, ou seja, o projeto de desenvolvimento e libertação do ser humano, sem que haja emancipação econômica.

O caminho para tal emancipação passa necessariamente pelo desenvolvimento tecnológico, que requer, entre outros elementos, a promoção de uma educação de qualidade, e ainda de modo mais específico, a promoção de uma educação profissional e tecnológica de qualidade.

A necessidade da formação ética fica mais uma vez ressaltada, tendo em vista que desprovida de princípios éticos, a educação fica deturpada e pode ser reduzida a simples treinamento, adiestramento, enquanto atividade que única e exclusivamente visa à preparação para o exercício de alguma atividade laborativa como meio de manutenção da subsistência.

Não deixamos de reconhecer a importância da atividade laborativa para o sustento humano. Contudo, na maneira como a realidade do mundo do trabalho se impõe para a maioria dos sujeitos no contexto neoliberal, encerra-se uma situação de sujeição e submissão quase total, na qual a ética absolutória produzida pelas classes

dominantes “impõem-se como a única teoria moral possível e legítima, por aquelas mesmas multidões que dela são vítimas” (Vieira Pinto, 2005a, p. 721).

Nesse sentido, Lopes, Moser e Cavazzani (2023) pontuam que as reflexões éticas sobre as Inteligências Artificiais (IAs) estão permeadas por um utilitarismo consequencialista, uma vez que as comissões geralmente são formadas por agentes, em sua maioria, diretamente interessados nos avanços e na lucratividade das IAs.

Assim, entre os desafios atuais que se apresentam nas relações entre ética, tecnologia e, educação profissional e tecnológica, é preciso destacar a necessidade da formação da consciência crítica. Todavia, tal formação não se faz de modo bancário, por meio da transmissão de conteúdo, mas em um processo que é ao mesmo tempo individual e coletivo e passa necessariamente pelos caminhos da formação ética.

Segundo a admoestação de Paulo Freire (1996, p. 37):

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Deste ponto de vista que é reacionário, o espaço pedagógico neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra.

Atrelado ao que Paulo Freire adverte a respeito da educação está o processo de abordagem da tecnologia, que é fundamental na educação profissional e tecnológica. A tecnologia não é neutra e considerá-la dessa maneira seria ficar estacionado no espaço da consciência ingênua. Mas como encontrar uma posição capaz de reconhecer os benefícios da tecnologia, e mais especificamente, das tecnologias digitais, sem incorrer no equívoco de considerá-la neutra e até mesmo divinizá-la?

Diante de tal desafio, Julian Nida-Rümelin e Nathalie Weidenfeld (2019), que abordam os aspectos culturais e filosóficos ligados à difusão da Inteligência Artificial, posicionam-se a favor de um humanismo digital. De acordo com os autores, trata-se de uma forma de humanismo que chega aos seres humanos sem ser hostil à tecnologia. Esse tipo de humanismo também se diferencia das posições apocalípticas, bem como das posições eufóricas diante das novas tecnologias, porque confia na razão do ser humano e considera os limites da tecnologia digital.

Também Fuchs (2020) propõe o conceito de humanismo digital como uma contribuição para a filosofia moral da sociedade digital. Segundo o autor, o humanismo é uma perspectiva filosófica que centra sua análise nas potencialidades ativas e transformadoras do ser humano em seu contexto social. Sua natureza abrange dimensões epistemológicas, ontológicas e axiológicas, proporcionando um arcabouço conceitual para a compreensão da experiência humana em suas diversas facetas.

Lopes, Moser e Pereira (2023), por sua vez, defendem uma perspectiva que coloca a ciência a serviço da coletividade, buscando respostas para os desafios

contemporâneos. Em tal perspectiva, a ética, e, conseqüentemente, a honestidade intelectual e o engajamento social, são fundamentais para a construção de um mundo mais justo.

Considerando a necessidade e a importância da formação ética para o desenvolvimento da consciência crítica, no tópico a seguir, a partir do referencial teórico aqui adotado, apresentamos uma análise a respeito da concepção de formação ética e seus princípios presentes nos projetos dos cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados ofertados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

4 PRINCÍPIOS ÉTICOS NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO INSTITUTOS FEDERAIS

A partir das considerações anteriores, nesta seção buscamos realizar a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados, ofertados por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da leitura sistemática dos documentos, seguindo ao rigor da pesquisa científica. Nesse sentido, convém ressaltar, com relação aos aspectos metodológicos, o caráter documental deste estudo.

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 13), a pesquisa documental “apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa o acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz parte integrante da heurística de investigação”. Nesse sentido, assim como outros tipos de pesquisa, ela se propõe a “produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos” (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p. 13).

A seleção das instituições e dos projetos de cursos a serem analisados ocorreu de forma aleatória, por meio de acesso ao site do Ministério da Educação (MEC). No entanto, foram considerados os critérios de: a) ser curso de formação pedagógica ofertado para graduados não licenciados e b) um curso de cada região geográfica brasileira, a partir da disponibilidade dos PPCs completos nos portais eletrônicos das instituições.

Os projetos dos cursos selecionados para análise com a especificação da região geográfica e Instituição ofertante são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1: Cursos analisados por região geográfica e Instituição

Região geográfica	Instituição	Curso
Sul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão	Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados

Sudeste	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Itapetininga	Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados
Centro-Oeste	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – Campus Samambaia	Licenciatura em Educação Profissional: Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados
Norte	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Norte	Licenciatura Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados
Nordeste	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Licenciatura Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados consultados.

A partir da leitura dos projetos dos cursos de cada instituição, os dados foram identificados por meio do conteúdo descrito no documento, como também de suas matrizes curriculares, ementas e referências bibliográficas. As categorias elencadas para análise foram: 1) Objetivo Geral; 2) Objetivos Específicos; 3) Princípios Norteadores da Organização Curricular; 4) Concepções e Princípios Pedagógicos; 5) Perfil Profissional do Egresso. Assim, com base no referencial teórico adotado, tendo em vista as considerações apresentadas nas seções anteriores, buscou-se analisar a presença de princípios éticos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Formação Pedagógica ofertados por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os dados coletados nos Projetos Pedagógicos estudados foram sintetizados considerando, as categorias propostas e apresentados em quadros-síntese para favorecer o processo de análise e a apresentação dos resultados.

Inicialmente considerou-se o objetivo geral de cada curso. De maneira geral, nota-se, por um lado, uma ênfase na formação integral do aluno, considerando princípios éticos, humanísticos e conhecimentos teórico-práticos que visam a formação de profissionais com vistas à transformação social. Por outro, percebe-se também uma preocupação em atender às necessidades do mercado de trabalho e da sociedade, o que implica em formar profissionais inovadores, empreendedores com competências e habilidades específicas para atuar em contextos diversos.

Uma síntese do objetivo geral de cada projeto de curso analisado é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 2: Objetivo geral dos cursos

Curso	Objetivo geral
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul– Campus Sertão Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	Formar professores para educação profissional, com compreensão crítica da sociedade e do pensamento pedagógico.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Itapetininga Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	Formar professores capazes de enfrentar a realidade educacional de forma crítica e participativa.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – Campus Samambaia Licenciatura em Educação Profissional: Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	Oferecer formação pedagógica para bachareis e tecnólogos, disseminando conhecimentos pedagógicos.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Norte Licenciatura Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	Formar professores para a educação profissional, com foco na formação integral do cidadão.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Licenciatura Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica	Formar professores para a educação básica, profissional e tecnológica considerando saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais.

Fonte: elaboração dos autores com base nos projetos consultados.

A partir do referencial aqui adotado, sobretudo as considerações de Freire (1996) e Vieira Pinto (2005a), é possível afirmar que os objetivos dos cursos analisados apresentam características ambivalentes. A inovação e o empreendedorismo são aspectos fundamentais na formação profissional e tecnológica, mas quando cooptados pela lógica neoliberal, são reduzidos a discursos motivadores que tendem a culpabilizar o indivíduo por todo sucesso ou fracasso que alcance em sua vida. Do mesmo modo, a noção de formação integral, crítica e ética, quando não acompanhada de condições concretas que a possibilitem, pode também reduzir-se a discursos utópicos. Nesse sentido, um ponto a ser destacado é a necessidade de se ter uma preocupação explícita com esse tipo de formação presente nos objetivos dos cursos analisados.

Contudo, a ausência de forma explícita, de disciplinas e conteúdos abordando, por exemplo, a dimensão ética, entre outras que são fundamentais para concretizar uma formação crítica e integral, é um aspecto que também precisa ser considerado. Há que se reconhecer o esforço para promoção dessa formação, mas

ao mesmo tempo, reconhecer também que os imperativos da lógica neoliberal também se impõem e tendem a solapar propostas que buscam de fato ser emancipadoras.

A segunda categoria considerada para análise diz respeito aos objetivos específicos. Aqui também é possível perceber elementos que caracterizam ambivalência. Contudo, um aspecto merece ser ressaltado, qual seja, a necessidade de formar profissionais habilitados para atuar na docência da educação profissional e tecnológica. Como se trata de cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados, esse aspecto assume relevância no que diz respeito ao uso de tecnologias no campo da educação.

Uma síntese dos objetivos específicos de cada projeto de curso analisado é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 3: Objetivos específicos dos cursos

Curso	Objetivos específicos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul– Campus Sertão Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	Desenvolver habilidades para a docência, compreender problemas educacionais, propor soluções, dominar conteúdos e linguagens, e sensibilizar para temas transversais.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Itapetininga Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	Oferecer bases para a formação pedagógica, possibilitar a reflexão sobre a educação, compreender a importância da escola e discutir a realidade da educação brasileira.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – Campus Samambaia Licenciatura em Educação Profissional: Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	Ampliar a contribuição do IFB na formação de professores, atender à necessidade de formação continuada, reforçar a formação continuada do corpo docente.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Norte Licenciatura Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	Atuar de forma crítica, reflexiva e inovadora em diferentes contextos educacionais, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e a promoção da inclusão e da equidade.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Licenciatura Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica	Capacitar o professor-estudante para atuar como licenciado contribuindo para a formação humana e cidadã dos professores-estudantes considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Fonte: elaboração dos autores com base nos projetos consultados.

Nesta categoria, pode-se inferir que dois PPCS, o da região sul e o da região nordeste, apresentam referência ao ensino da ética, conforme seus objetivos específicos: sensibilizar para temas transversais e para a formação humana e cidadã, ainda que de forma indireta. Nesse sentido, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), entre os conteúdos que precisam integrar o currículo, conforme previsto no Núcleo I - Estudos de Formação Geral – EFG, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, é necessário contemplar e articular o:

Art. 13 [...]: d) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial [...] (Brasil, 2024, p. 10).

O tema da formação docente é fundamental. Nesse sentido, os objetivos específicos dos projetos de cursos analisados destacam a necessidade de preparar o estudante para atuar como licenciado de forma crítica, inovadora, considerando os desafios da realidade educacional brasileira e mais especificamente na educação profissional e tecnológica. Algumas das palavras presentes nesses objetivos, tais como “inovadora”, “reflexiva”, “qualidade”, “habilidades”, “formação”, todas carregadas de significados, nem sempre são consideradas em sua amplitude e consequências. Nesse sentido, vale mencionar aqui mais uma vez a recomendação de Paulo Freire (1996, p. 64): “ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”.

Por vezes a necessidade de ajustar discursos e objetivos aos imperativos do mercado em um dado momento histórico pode conduzir a uma falsa compreensão e, por se tratar de uma formação no contexto da educação técnica e tecnológica, estaria isenta do caráter ideológico. Contra essa tendência, Freire (1996, p. 66) afirma que “a grande força sobre que alicerçar-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não a do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro. E a ética da solidariedade humana”.

A terceira categoria considerada para análise diz respeito aos princípios norteadores da organização curricular dos cursos. Um dos princípios que fica mais evidente diz respeito à articulação teoria e prática. Fica evidente também a preocupação com a formação para a inserção no mundo do trabalho, bem como de características que consideram a flexibilidade, uso de tecnologias, inovação e a formação do cidadão.

Uma síntese dos princípios norteadores da organização curricular de cada projeto de curso analisado é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 4: Princípios norteadores da organização curricular dos cursos

Instituição Curso	Princípios norteadores
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	Interdisciplinaridade, foco na formação humana, articulação entre teoria e prática.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Itapetininga Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	Lei de Diretrizes e Bases, Diretrizes Curriculares Nacionais, articulação teoria-prática, interdisciplinaridade.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – Campus Samambaia Licenciatura em Educação Profissional: Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	Caracterização da relação ensino-aprendizagem, análise de contextos, compreensão da inserção social da escola, foco na formação visando ao ingresso no mundo do trabalho.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Norte Licenciatura Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	Flexibilidade, autonomia do estudante, utilização de tecnologias, personalização da aprendizagem, valorização da colaboração e da construção coletiva do conhecimento.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Licenciatura Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica	Interdisciplinaridade, contextualização, valorização da diversidade, prática pedagógica inovadora e a formação cidadã.

Fonte: elaboração dos autores com base nos projetos consultados.

Também nesta categoria infere-se que o PPC das regiões norte e nordeste, conforme descrito nos princípios norteadores da organização curricular dos cursos, busca articular o ensino da ética através da valorização da colaboração e da construção coletiva do conhecimento e valorização da diversidade/formação cidadã. Nesse sentido, a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, exara que:

Art. 7º As IES responsáveis pela oferta de cursos e programas de formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica devem assegurar a integração da base comum nacional ao seu PPC, articulado com PPI e com o PDI, de modo a garantir: [...]; f) a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como

organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional (Brasil, 2024, p. 5).

Em relação a essa categoria, considerando a breve duração dos cursos e o caráter conciso das matrizes curriculares, vale problematizar: tal formação, articulando teoria e prática, e, mais especificamente, considerando o uso de tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem, é de fato possível de se realizar?

Como chama atenção Vieira Pinto (2005a, p. 767):

A técnica não tem base de classe. Antes, pelo modo de atuar historicamente, o certo seria dizer que a classe tem apoio na técnica, não porque se baseia nos procedimentos tecnológicos que, por serem instrumentos de produção já privadamente apropriada, lhe permitem subsistir com as características que a marcam e as forças que a sustentam.

E o mesmo Vieira Pinto (2005a, p. 767) sintetiza essa problematização ao afirmar: “são, portanto, as condições sociais que obscurecem o caráter existencial, ou seja, primordialmente humano da tecnologia”. Nesse sentido, vale a problematização de como as propostas dos cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados concebem a tecnologia, e de modo mais específico as tecnologias digitais, e como elas se relacionam de forma teórico-prática.

A próxima categoria analisada considera as concepções e princípios pedagógicos que balizam o planejamento e a oferta dos cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados. Nota-se a preponderância de princípios da pedagogia histórico-crítica, tais como: o trabalho como categoria ontológica e princípio educativo, o caráter histórico e dialético da educação; perspectiva crítica de formação, bem como, a articulação teoria e prática. Contudo, percebe-se também a presença da perspectiva pós-moderna, e ainda de princípios alinhados com o neotecnicismo, tais como: flexibilidade, inovação e atualização constante.

Uma síntese das concepções e princípios pedagógicos de cada projeto de curso analisado é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 5: Concepções e princípios pedagógicos

Instituição Curso	Concepções e Princípios Pedagógicos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	Pedagogia progressista, trabalho como categoria ontológica, verticalização do ensino, articulação entre conhecimentos gerais e específicos. Diversidade, inclusão, reflexão crítica.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Itapetininga Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	Histórico-cultural, dialógica, enfatiza a importância da construção e apropriação do conhecimento como um processo histórico e dialético. Interdisciplinaridade, diálogo, crítica, experiência e significação.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – Campus Samambaia Licenciatura em Educação Profissional: Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	Formação docente crítica e emancipadora, capaz de atender às complexas demandas da educação profissional contemporânea. Articulação. teoria-prática, interdisciplinaridade, participação, reflexão crítica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Norte Licenciatura Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	Contempla o indivíduo na condição pós-moderna, envidando a formação do conhecimento, aprendendo a lidar com o avanço da ciência, da tecnologia de forma integral. Flexibilidade, autonomia, formação integral, humanização, atualização constante.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Licenciatura Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica	Ênfase na integração teoria e prática, contextualização e interdisciplinaridade. Metodologia ativa e colaborativa com uso de tecnologias, flexibilidade e inovação, aprendizagem significativa, avaliação contínua e formativa.

Fonte: elaboração dos autores com base nos projetos consultados.

A partir do referencial aqui considerado, mais uma vez chamamos atenção para o caráter ambivalente presente nas concepções e princípios pedagógicos que balizam os Projetos Pedagógicos de cursos aqui analisados. De acordo com Paulo Freire (1996, p. 64):

É neste sentido que se pode afirmar ser tão errado separar prática de teoria, pensamento de ação, linguagem de ideologia, quanto separar ensino de conteúdos de chamamento ao educando para que se vá fazendo sujeito do processo de aprendê-los. Numa perspectiva progressista o que devo fazer é experimentar a unidade dinâmica entre o ensino do conteúdo e o ensino de que é e de como aprender. É ensinando matemática que ensino também como aprender e como ensinar, como exercer a curiosidade epistemológica indispensável à produção do conhecimento.

Ainda que nos projetos analisados, a preponderância esteja na consideração de concepções e princípios pedagógicos considerados críticos e emancipatórios, a presença de alguns elementos marcantes do neotecnicismo pode descaracterizar e

até mesmo suplantar as propostas colocadas, uma vez que tais princípios em razão de sua aparente novidade podem ser avaliados como mais adequados aos ditames mercadológicos da realidade contemporânea.

Uma última categoria de análise considerou o perfil profissional do egresso previsto nos Projetos Pedagógicos dos cursos. Nesse aspecto ressalta-se a preocupação com a formação do professor autônomo, qualificado, que articule teoria e prática, atue com ética e compromisso, trabalhe em equipe e que esteja sintonizado com as necessidades da sociedade e, particularmente da educação.

Uma síntese do perfil profissional do egresso de cada projeto de curso analisado é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 6: Perfil profissional do egresso

Instituição Curso	Perfil Profissional do Egresso
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul– Campus Sertão Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	Professor autônomo, crítico, capaz de articular conhecimento acadêmico com a realidade, com espírito investigativo e criativo.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Itapetininga Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	Habilitado a trabalhar como professor e tem conhecimentos e competências para planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos ao ensino da área na qual possui graduação.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – Campus Samambaia Licenciatura em Educação Profissional: Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	Professor qualificado para a educação básica, com conhecimentos pedagógicos e capacidade de trabalhar em equipe.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Norte Licenciatura Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	Profissional capaz de criar e produzir propostas educativas, no universo da educação profissional, que atue com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Licenciatura Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica	Profissionais capazes de atuar na educação profissional, na perspectiva da melhoria da qualidade dos processos de ensinar e de aprender, sintonizados com as necessidades da sociedade e, em particular, da educação.

Fonte: elaboração dos autores com base nos projetos consultados.

Essa síntese do perfil de profissional egresso esperado nos projetos dos cursos analisados converge na preocupação com a formação para uma atuação docente na educação profissional. Um aspecto a ser ressaltado diz respeito à formação ética, descrito no Projeto Pedagógico do Instituto Federal de Rondônia, bem como ao compromisso com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. Nesse sentido recordamos as palavras de Vieira Pinto (2005a, p.724):

Ninguém mais do que nós, tem certeza da grandiosidade dos tempos que hão de vir, em que as realizações da ciência encontrarão condições cada vez melhores de florescer em benefício real do homem. Ora é à luta pela conquista dessas condições de existência humana e dos valores atribuídos às ações materiais por elas exigidas que precisamente chamamos ética.

Em consonância com as considerações de Vieira Pinto, o perfil profissional do egresso de cada curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados analisados, não obstante às ambivalências presentes, ressalta a preocupação com a formação de profissionais emancipados para que possam atuar em prol da emancipação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim e ao cabo desse estudo, que procurou analisar a questão da formação ética nos projetos dos cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados, ofertados por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologias (IFs), é possível considerar que os projetos dos cursos analisados contemplam a dimensão ética em seus objetivos e princípios pedagógicos, com destaque para os PPCs das IFES das regiões Sul, Norte e Nordeste. Contudo, isso nem sempre se faz de forma direta, com a presença de disciplinas e/ou conteúdos relacionados, mas está presente nas concepções e princípios pedagógicos adotados.

Considera-se ser de suma importância que o educador tenha garantido em sua formação inicial elementos de ética que assegurem tomadas de decisões e condutas idôneas no exercício de suas atividades. O agir ético de qualquer pessoa repercute diretamente em suas ações. Enquanto profissional da educação, o docente terá inúmeros desafios, sendo imprescindível manter a integridade dos atos e fatos.

De maneira geral, os projetos dos cursos de Formação Pedagógica analisados apresentam um perfil bastante similar, com o objetivo de formar professores qualificados para atuarem na educação básica e profissional. A ênfase na articulação teoria-prática, na interdisciplinaridade e na formação cidadã são características comuns a todos os cursos. No entanto, existem algumas diferenças em relação à ênfase dada a determinados aspectos, como a formação continuada e a abordagem de temas específicos.

Entretanto, conforme foi possível analisar no decorrer do estudo, considerando o referencial teórico adotado, a presença de princípios neotecnicistas, alinhados aos ditames do mercado neoliberal são elementos que merecem atenção. Nesse sentido, as análises deste estudo, amparadas sobretudo nas contribuições de Vieira Pinto (2005a) e Paulo Freire (1996), esperam colaborar, dentro dos seus limites, para auxiliar no planejamento, atualização, bem como no desenvolvimento de novos cursos que focalizam a formação docente para a educação profissional e tecnológica. “O homem só produz alguma coisa, material ou ideal, pela mediação da sociedade [...]” (Pinto, 2005a, p. 724).

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. Ética e estética são um? O que isto pode ter a ver com a educação escolar? **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 43, n. 2, 2018.

Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/60334>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de maio de 2022**.

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=236781-rcp001-22&category_slug=maio-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**.

Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Disponível em:

<<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-cne-cp-004-2024-05-29.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 [recurso eletrônico].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [recurso eletrônico].

FUCHS, Christian. **Digital Humanism**: a philosophy for 21st century digital society. Paderborn University, Germany, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – (IFRS) Campus Sertão. **Projeto Pedagógico do curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**. Sertão, RS: 2022.

Disponível em: Projeto-Pedagogico-do-Curso-de-Formacao-Pedagogica-para-graduados-nao-licenciados---atualizado.pdf (ifrs.edu.br). Acesso em: 12 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – Campus Itapetininga. **Projeto Pedagógico do curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados**. Itapetininga, SP: 2023. Disponível em: PPC PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA (IFB) – Campus Samambaia. **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Profissional: Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**. Samambaia, DF: 2018. Disponível em: plano.pdf (ifb.edu.br). Acesso em: 12 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFR) – Campus Porto Velho Norte. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura: Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**. Porto Velho, RO: 2018. Disponível em: Superior de Formação Pedagógica para Graduado Não Licenciado (ifro.edu.br). Acesso em: 11 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura: Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica**. Natal, RN: 2018. Disponível em: Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede (ifrn.edu.br). Acesso em: 11 set. 2024.

LOPES, Luís Fernando; MOSER, Alvino; CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. Os desafios éticos da inteligência artificial e dos objetos autônomos: um preâmbulo. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 29, p. e50406, 2023. DOI: 10.26512/lc29202350406. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/50406>. Acesso em: 20 set. 2024.

LOPES, Luís Fernando; MOSER, Alvino; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. Ética e responsabilidade na pesquisa educacional: honestidade intelectual e ciência como solidariedade. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 25, p. e023053, 2023. DOI: 10.22483/2177-5796.2023v25id5154. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/5154>. Acesso em: 20 set. 2024.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2013 [recurso eletrônico].
NIDA-RÜMELIN, Julian; WEIDENFELD, Nathalie. **Umanesimo digitale**. Un'etica per l'epoca dell'intelligenza artificiale. Milano, Italy: Franco Angeli, 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 23 set. 2024.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1993 [recurso eletrônico].

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017 [recurso eletrônico].

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tratado lógico filosófico**. Tradução de M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.